

14h34  
6/6/18

PROJETO DE LEI Nº 9.327/2017  
(Do Sr. Júlio Lopes)

Dispõe sobre a emissão de duplicata  
sob a forma escritural.

**Emenda de Plenário n.º**

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

“Art. \_\_\_\_ O art. 37 da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37 .....

§ 1º A apresentação, distribuição e todos os atos procedimentais pertinentes às duplicatas escriturais e demais títulos e outros documentos de dívidas encaminhados a protesto independem de depósito ou pagamento prévio dos emolumentos e despesas, cujos valores devidos serão exigidos dos interessados, de acordo com a tabela de emolumentos e das despesas reembolsáveis vigentes na data:

I - da protocolização, quando da desistência do pedido do protesto, do pagamento elisivo do protesto ou do aceite ou devolução de devedor;

II - do pedido de cancelamento do registro do protesto ou da recepção de ordem judicial para a sustação ou cancelamento definitivo do protesto ou de seus efeitos.

§ 2º .....

§ 3º .....

§ 4º Os valores destinados aos Offícios de distribuição ou outros Serviços extrajudiciais, aos entes públicos ou entidades, a título de emolumentos, custas, contribuições, custeio de atos gratuitos, tributos, ou de caráter assistencial serão devidos na forma prevista no § 1º deste artigo e repassados somente após o efetivo recebimento pelo Tabelião de Protesto.

§ 5º Os Estados e o Distrito Federal poderão estabelecer, a partir do disposto no § 1º e no âmbito de sua competência, metodologia que preserve o equilíbrio econômico-financeiro do serviço público delegado, sem ônus para o Poder Público" (NR)

SINAFIO  
SCSS-M  
v. a. lida  
PP/Poder  
Assinatura

Deputado Dagoberto  
PDT/MS

Dep. Leir de Brito

Assinatura  
PDT